

RDT

REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA

ANO 18 – Nº 05 – MAIO DE 2012

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA DO TST (REGISTRO Nº 13/98)

O PROCESSO ELETRÔNICO NA JUSTIÇA

José Alberto Couto Maciel

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Marcio Pochmann

CONTRIBUIÇÃO AO INSS E JUSTIÇA DO TRABALHO

André Mendes Moreira

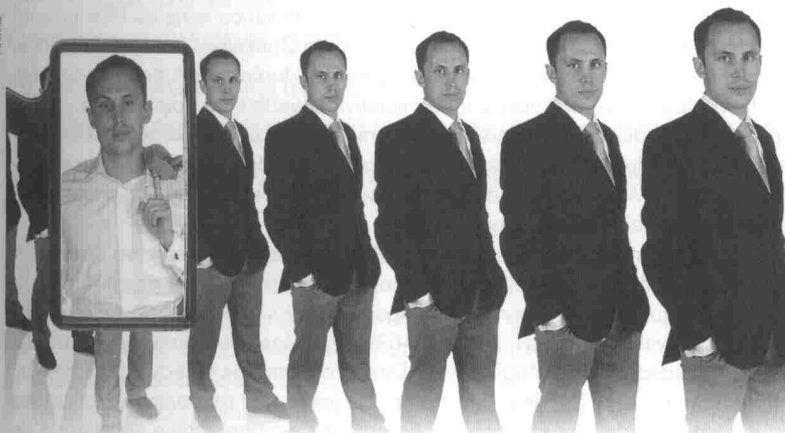


EDITORA
CONSULEX



**A CONSULTA A ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO
AO CRÉDITO, JUDICIAIS E POLICIAIS
E A CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS**

Matéria de Capa



CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS E A CONSULTA PRÉVIA A ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, JUDICIAIS E POLICIAIS

Recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho chamou a atenção da sociedade e foi mote de várias manchetes na mídia: a Segunda Turma considerou lícita e não discriminatória a conduta de determinada empresa em consultar cadastros em órgãos de proteção ao crédito, judiciais e policiais dos candidatos à vaga de emprego, depois de preenchidos os requisitos inerentes a ela. Este o polêmico tema tratado pela Advogada Carolina Masotti Monteiro, que esquadrija o novo entendimento sob a lupa do princípio da vedação ao retrocesso e da busca do pleno emprego, explicando os limites do poder e iniciativa do empregador. "Na sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social e má distribuição de renda, considerar um desvio de conduta pessoal o indivíduo que não consegue manter sua vida financeira em ordem é exagero injustificado, é uma utopia, haja vista que endividamento e inadimplência consubstanciam a realidade de expressiva parcela da população nacional."

(Página 4)

MOTORISTA

Exercício da profissão: normas

A Lei nº 12.619, de 30.04.12, publicada no DOU de 02.05.12, dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, altera a Consolidação das Leis do Trabalho e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional.

(Página 27)

Seções

ATUALIDADES.....	2	DOCTRINA.....	21
DESTAQUE.....	3	PONTO DE VISTA.....	24
MATÉRIA DE CAPA.....	4	INDICADORES.....	25
CONJUNTURA.....	10	LEGISLAÇÃO.....	26
ENFOQUE.....	11	ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA.....	34
DICAS PROCESSUAIS.....	13	EMENTÁRIO.....	43
FICHÁRIO JURÍDICO.....	15	ÍNDICE ACUMULADO.....	65

Atualização da Legislação

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Valor médio: abril/2012

- Portaria MPS nº 181/12..... 26

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Fatores de atualização: abril/2012

- Portaria MPS nº 161/12..... 26

JUSTIÇA DO TRABALHO

Empresa falida ou em recuperação judicial: credores trabalhistas – procedimentos

- Provimento CGJT nº 001/12..... 26

MOTORISTA

Exercício da profissão: normas

- Lei nº 12.619/12..... 27
- Mensagem nº 151/12..... 29

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL

Alteração

- Resolução TST nº 182/12..... 30

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Norma Regulamentadora nº 18: alteração

- Portaria MTE nº 318/12..... 32
- Norma Regulamentadora nº 34: alteração
- Portaria MTE nº 317/12..... 32

SÚMULA

Alteração

- Resolução TST nº 181/12..... 32

Acórdãos na Íntegra

• TST

Contribuição sindical – Cobrança – Empregados não associados..... 34

• TRT 3ª R

Dano moral – Abuso de direito..... 35

• TRT 4ª R

Despedida discriminatória – Reintegração..... 36

• TRT 17ª R

Professor – Horas extras..... 40